Publicado em 24/11/2022 - 05:59

## Congresso vê limite de 2 anos para PEC; PT já admite ceder



O vice eleito e coordenador da transição, Geraldo Alckmin, e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann

## Congresso vê limite de 2 anos para PEC, e PT admite ceder

Partido prefere 4 anos de Bolsa Família fora do teto, mas aprovação é prioridade

Thiago Resende, Julia Chaib

BRASÍLIA A cúpula do Congresso Nacional e líderes partidários concluíram que a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, vista pelo PT como funda-mental para garantir a exe-cução de promessas eleito-rais, só tem chances de ser aprovada se tiver um prazo máximo de dois anos

máximo de dois anos.

A proposta, que tira o Bolsa Família do teto de gastos e permite a execução de outras despesas, foi apresentada originalmente pelo vice-presidente eleito, Geral-do Alckmin (PSB), a líderes partidários na semana passada sem um prazo definido —o que, na prática, tornaria a medida permanente.

Petistas já admitem que o texto pode ser apresentado apenas na próxima semana. O objetivo é costurar logo uma versão que tenha am-pla maioria no Senado e, de-pois, na Câmara.

Sem apoio suficiente no Congresso, o PT vinha enfren-tando resistência —mas insistia na duração mínima de quatro anos. Agora, no en-tanto, diante da visão de caciques de que o prazo preci-sa ser menor, diferentes in-tegrantes do PT ouvidos pela Folha já se resignam em reduzir a proposta para apenas dois anos se esse for o único cenário para conseguir o aval do Legislativo diante da fal-ta de apoio para mais tempo. Com isso, o PT poderia re-

solver o imbróglio da falta de solver o imbrogio da falta de verbas em 2023 e ainda ganharia um tempo extra para a discussão de qual a nova regra fiscal que substituirá o teto de gastos.

Como o debate sobre o te-

ma é visto como complexo, pode não haver tempo suficiente para aprovar a nova legis-lação que limita despesas an-tes da discussão do Orçamento de 2024 —o projeto de lei de diretrizes orçamentárias de 2024 precisa ser entregue ao Congresso em abril de 2023

(em menos de cinco meses). A visão do PT é que, se as discussões caminharem em direção a uma desidratação ainda maior quanto ao pra-zo, com duração de um ano, o esforçojánão valeria mais a pena porque o governo eleito poderia buscar maneiras mais fáceis de executar as despesas.

De acordo com integran-tes do partido, a execução poderia ser alcançada por meio de medida provisória que liberaria créditos extraordinários, por exemplo. Is-so demandaria um respaldo do TCU (Tribunal de Contas da União), que tem sinaliza-

do aval à medida. Apesar disso, a saída não é vista como a mais segura do ponto de vista jurídico — por exemplo, porque o crédito ex-traordinário só pode ser libe-rado em situações de imprevisibilidade e urgência (e a in-vocação desse cenário para justificar a medida pode ser contestada).

Em especial, podem encon-trar dificuldade de respaldo

jurídico promessas como o aumento real do salário mínimo e a recomposição de investimentos caso o caminho escolhido seja mesmo o dos créditos extraordinários.

Negociadores da PEC e integrantes da cúpula do Con-gresso afirmam que, em re-lação ao valor a ser liberado no Orçamento com a propos ta, o caminho tem ficado me nos tortuoso para o PT.

nos tortuoso para o PI.
O partido quer, ao menos,
R\$ 175 bilhões fora do tetode
gastos. Apesar de críticas de
bancadas independentes ao
governo eleito, petistas comecaram —há poucos dias— a
procurar cada um dos senadores para mostrar o aper-to no Orçamento e a neces-sidade de manter o valor no patamar solicitado —mas is-so não significa que haja um

consenso nessa parte da PEC. Líderes do PT e aliados do presidente eleito ainda aguar dam a visita de Lula a Brasília na próxima semana para de-satar os nós políticos. O retor-no do presidente eleito à cano do presidente efetto à ca-pital federal é a grande apos-ta do partido para costurar o apoio para o prazo de quatro anos na PEC —tido como ide-al pelo novo governo. O PT ainda não consegui formar uma base política só.

formar uma base política só-lida. Lula ainda negocia com partidos, como União Brasil, PSD e parte do MDB. Além dessas siglas, o governo eleito enfrenta dificuldade na composição com aliados do pre sidente Jair Bolsonaro, como

PP, PL e Republicanos. Integrantes desses seis par-

tidos não querem aprovar uma PEC com validade para todo o mandato de Lula, pois isso reduziria o poder de bar-ganha do Congresso no no vo governo petista.

O senador Marcelo Cas-

tro, relator do Orçamento de 2023, afirmou que falta consenso tanto em relação ao va-lor quanto ao prazo. "O que nós combinamos: vamos gastar nossas energias procuran-do um consenso, um enten-dimento. Vamos conversar e, na hora em que chegar ao entendimento, a gente cole-ta as assinaturas, bota para tramitar e aprova", afirmou.

Mesmo assim, disse que a ideia é aprovar até o final da próxima semana no Senado para poder ir para a Câmara em seguida. OPT tem uma visão de que,

or tein tima visao de que no câmara, haveria menos re-sistência à PEC. Alguns mem-bros do partido dizem que, por causa da aproximação com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), até seria possível aprovar a proposta proposta possível aprovar a proposta

com prazo de quatro anos. No entanto, a cúpula de partidos que controlam a Câmara tem se mostrado con-trária à ideia de autorizar um aumento de gastos a Lula além do primeiro ano. Es-sa é a avaliação de partidos como PP, PL, Republicanos, além do PSD e União Brasil.

Mesmo no MDB, que inte-gra a equipe de transição, há críticas à articulação política do governo eleito. O partido quer saber qual será o espaço que terá na nova gestão Lula. Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 17